

O Programa Escola do Campo de Araraquara (SP): a EMEF Hermínio Pagotto e o assentamento Bela Vista do Chibarro

Ricardo Bresler¹, Telma Hoyler², Marcela Amaral³,
Henrique Heidtmann⁴, Gesley Fernandes⁵ e Marc Grau^{6,7}

RESUMO: O artigo visa contribuir para a compreensão da centralidade que uma escola pode ocupar em uma comunidade. Descreve o Programa Escola do Campo, a gestão da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Hermínio Pagotto e a relaciona ao contexto do assentamento Bela Vista do Chibarro (Araraquara, SP). As informações foram levantadas por meio de observação participante em duas visitas de campo. O texto relata a história do Programa e da Escola, descreve equipamentos e cotidiano, compreendendo a gestão a partir das tensões presentes no contexto, e busca aprofundar a compreensão do lugar da Escola enquanto espaço de diálogo e mediação. A EMEF ocupa a centralidade da agrovila e é foco de um processo constante de produção, manutenção e recriação de seu espaço. Qualquer escola está vinculada a uma série de interesses e expectativas e o modo como lida com isso interfere nos resultados que alcança. Nesse caso, e nesse artigo, propõe-se uma compreensão por meio da aproximação da formação histórica, das lutas, das alianças e dos conflitos que produzem o lugar em que comunidade e Escola se situam, do qual são, simultaneamente, reflexo e agente. Ao reconhecer a influência do assentamento no cotidiano escolar, é possível encontrar na Escola as divergências entre os assentados: cada criança traz de casa um ponto de vista e encontra um lugar para dialogar com diferentes. A comunidade coloca a Escola na sua centralidade? Dada a centralidade, a Escola revigora a comunidade? Até onde a pesquisa e este artigo conseguem chegar, a resposta parece ser afirmativa para as duas perguntas, no sentido de um movimento dinâmico de reforço mútuo.

PALAVRAS-CHAVE: gestão escolar, escola do campo, assentamento, reforma agrária, desenvolvimento local.

ABSTRACT: *The article aims to contribute to the understanding of the centrality that a school can have in a community. Describes the Peasant School Program, the management of the Municipal School of Basic Education*

¹ Professor do departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisador do CEAPG e coordenador do grupo de pesquisa GUES. E-mail: ricardo.bresler@fgv.br.

² Graduando em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Bolsista do CNPq no PIBIC e pesquisadora do GUES do CEAPG. E-mail: telmahoyler@hotmail.com.

³ Mestranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista do CNPq e pesquisadora do GUES do CEAPG. E-mail: mamesia@hotmail.com.

⁴ Professor titular da Universidade da Amazônia. Pesquisador do CEAPG e doutor em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP. E-mail: henriquehn@gmail.com.

⁵ Graduando em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Bolsista do GVPesquisa no PIBIC e pesquisador do GUES do CEAPG. E-mail: gesleyf@gmail.com.

⁶ Pesquisador do Institut de Govern i Polítiques Públiques da Universitat Autònoma de Barcelona. Foi pesquisador visitante do CEAPG. E-mail: marcgrau1@hotmail.com.

⁷ Agradecemos a Veronika Paulics e aos pareceristas dos *Cadernos Gestão Pública e Cidadania* pela leitura atenta e pelas sugestões de melhoria.

(EMEF) Hermínio Pagotto and connects to the context of the Bela Vista do Chibarro Land Reform Settlement (Araraquara, SP). The information was collected through participant observation on two fieldwork visits. The article relates the Peasant Program and the School history, describes the equipment and the School quotidian, considering the management through the tensions that have place in that context. It also seeks to deepen the understanding of the place of the school as a space for dialogue and mediation. The EMEF occupies the centrality of the agro village, and is the focus of a continuing process of production, maintenance and recreation of that space. Any school is related to a number of interests and expectations, and the school is also defined by the way it deals with those. In this case and in this article, that understanding is proposed by approaching historical formation, struggles, alliances and conflicts that make the place where community and school are located, and which are both reflective and agent. By recognizing the influence of Land Reform Settlement in the school routine is possible to find inside School the differences between the settlers groups: each child brings from home a point of view and finds a place to dialogue among different. Does the community place the school in its centrality? Given its centrality, does the school invigorate the community? As far as the research and this article goes, the answer seems to be positive to both questions, toward a dynamic movement of mutual reinforcement.

KEYWORDS: *school management, peasant school, land reform settlement, land reform, local development.*

Introdução

O Programa Escola do Campo, da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Araraquara, no Estado de São Paulo, desenvolve uma proposta pedagógica diferenciada para as escolas da zona rural do município. Iniciado oficialmente em 2001, o Programa pretende promover educação de qualidade por meio da valorização da cultura local e da realidade de quem mora no meio rural. A proposta é oferecer ao educando a possibilidade de optar entre permanecer ou não no campo por meio de atividades conectadas ao seu território e à sua comunidade.

Ao todo, o Programa é integrado por três Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs): EMEF Eugênio Trovatti, no distrito de Bueno de Andrada; EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado, no assentamento Monte Alegre; e EMEF Hermínio Pagotto, no assentamento Bela Vista do Chibarro.

Diferenciando-se do modelo multisseriado adotado por muitas escolas rurais, essas três EMEFs citadas adotam o sistema seriado de ensino, uma sala para cada série, com um número reduzido de estudantes por sala. Os professores contam com o transporte, que é garantido por lei municipal, além de um adicional salarial de 10% (em parte para compensar o maior gasto de tempo nos translados). Os estudantes residentes nos lotes distantes das escolas contam com o transporte municipal e os que moram nas agrovilas podem caminhar até a escola.

O objetivo deste artigo é fazer um registro do Programa Escola do Campo e, principalmente, descrever as principais características da gestão da Escola Hermínio Pagotto; esta Escola foi escolhida por ser pioneira no Programa. Além disso, ali pudemos observar que os princípios encontram-se mais enraizados e os maiores avanços foram alcançados. Ao longo da pesquisa, a EMEF Hermínio Pagotto possibilitou-nos, ainda, avançar na compreensão quanto à centralidade que uma escola pode ocupar em uma comunidade.

Estruturamos este artigo para, em primeiro lugar, apresentar um breve relato da história do Programa Escola do Campo, afunilando para a história da Escola Hermínio Pagotto. A partir disso, procuramos descrever as instalações físicas da Escola, o seu cotidiano, especialmente no que se refere à participação e à permeabilidade do espaço escolar; na sequência, procuramos descrever seu projeto político-pedagógico, os parceiros e os projetos que a alicerçam.

Em um segundo momento, procuramos abordar a Gestão Escolar, resgatando o contexto no qual a Escola se insere, descrevendo a comunidade e o território do assentamento Bela Vista do Chibarro, bem como as tensões ali presentes, buscando aprofundar a compreensão do lugar da Escola enquanto espaço de diálogo e mediação.

Em um terceiro momento, procuramos sistematizar o que foi visto, apresentando as principais conquistas e desafios do Programa Escola do Campo, além de tecermos algumas considerações finais.

Este artigo foi escrito com base nas pesquisas sobre o campo de Gestão Escolar e Escolas do Campo, além de pesquisas acerca dos assentamentos originados a partir da desapropriação de usinas canavieiras da região de Araraquara. O principal método de coleta de informações para elaborar esse artigo foi a observação participante realizada em duas visitas ao Programa Escola do Campo. Na primeira, entre 3 e 5 de novembro de 2008, visitamos as três unidades escolares do Programa Escola do Campo em Araraquara, além das três escolas que compõem o Programa Escola do Campo no município de Matão (SP), escolas que surgiram a partir da experiência de Araraquara. Na segunda visita de campo, realizada entre 3 e 5 de junho de 2009, optamos por concentrar nossa pesquisa exclusivamente na Escola Hermínio Pagotto. Nesta segunda visita, fomos gentilmente hospedados na casa de Leonel Fernandes Moço, sua esposa Luciana Carla Soares Moço e o filho deles, Leonardo Soares Moço⁸.

⁸ Agradecemos a todos da equipe da EMEF Hermínio Pagotto e seus parceiros e a Secretaria Municipal de Educação de Araraquara, que gentilmente nos recebeu e compartilhou seu tempo e seus saberes. Quaisquer equívocos que tenhamos cometido neste artigo são de nossa total responsabilidade.

A história do programa escola do campo e da EMEF Hermínio Pagotto

Como outras tantas escolas rurais paulistas, até a década de 1980 as escolas de Araraquara eram estaduais⁹. A maior parte delas operava no sistema multisseriado, enfrentavam dificuldades pedagógicas em relacionar os saberes oficiais aos saberes locais e obstáculos administrativos, que colocavam seu funcionamento em risco.

O que atualmente é conhecido como a agrovila do assentamento Bela Vista era, originariamente, a área destinada à moradia dos colonos da Usina Tamoio. O prédio antigo da Escola Hermínio Pagotto havia abrigado o Grupo Escolar Pedro Morgante (o nome era uma homenagem ao dono da Usina que, posteriormente, foi desapropriada para que se formasse o assentamento – como abordaremos adiante), constituído em 1942 e então vinculado à Delegacia Regional de Ensino Básico de Araraquara, sob a coordenação da antiga Secretaria dos Negócios da Educação e da Saúde Pública do Estado de São Paulo (SME).

Com a falência da Usina no início dos anos 1980, o Grupo Escolar foi fechado. Com o processo de constituição do assentamento em 1990, o Grupo Escolar foi reaberto com o nome de Hermínio Pagotto. Segundo as informações a que tivemos acesso, o funcionamento foi irregular até 1996. Adriana Maria Lopes Morales Caravieri, atual diretora da EMEF Hermínio Pagotto, conheceu o acampamento que ocupava o lugar antes da desapropriação (e conseqüentemente formação do assentamento) quando era ainda adolescente, acompanhando seu pai em uma missão franciscana. Ela voltou como professora substituta no começo de 1994. No final desse ano, ela voltou, de novo, para substituir o diretor que estava doente e nesse momento ajudou a consolidar a Associação de Pais Mestres (APM), estabelecendo contato mais próximo com os assentados. Entre 1994 e 1996, período em que a Escola quase fechou as portas, ela voltou outras vezes para substituir a direção¹⁰. Alguns assentados gostaram do trabalho e da dedicação da professora Adriana e a convidaram para que aceitasse assumir a Escola. Em agosto de 1997, ela assumiu como vice-diretora (cargo máximo à época, dado o número de alunos da escola).

⁹ Segundo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, artigo 10, inciso VI, cabe ao Estado “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio”, sendo de competência dos municípios (art.11, inciso V) “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental [...]” (BRASIL, 1996). Até a publicação da LDB, a maioria das escolas de ensino fundamental era gerida pelo sistema estadual de ensino. A partir de 1997, começou um movimento nacional rumo à municipalização das escolas de ensino fundamental.

¹⁰ Para mais informações sobre o processo de fechamento de Escolas Rurais e também sobre o processo de municipalização, ver CNE (2002) e também Benjamin e Caldart (2000).

No biênio 1997-1998, a Escola passou por um período de reestruturação. A primeira meta, o embelezamento do prédio, foi realizada com auxílio da comunidade, que participou ativamente dos mutirões de reforma. A segunda meta, a modificação da prática pedagógica, foi também construída em parceria com a comunidade. Adriana, pais e professores iniciaram algumas modificações da prática pedagógica para uma educação mais voltada para o campo.

No início de 2001, Adriana teve o apoio de líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹¹ e de Reginaldo Anselmo Teixeira (filho de assentados e atual professor da Escola) para elaborar a proposta político-pedagógica da Hermínio Pagotto.

No final de 2001, Adriana apresentou e defendeu essa proposta na I Conferência Municipal de Educação de Araraquara. O então coordenador de Projetos Especiais na Secretaria de Educação de Araraquara, Alexandre Luiz Martins de Freitas, entusiasmou-se com a proposta e, a partir daí, ela foi estendida também para as outras escolas localizadas na zona rural do município.

Em 2002, Adriana participou do I Seminário Nacional por uma Educação do Campo, realizado em Brasília (DF). A participação de Adriana no seminário fez insurgir ideias para o aprimoramento do projeto político pedagógico da Escola e para a preparação do I Seminário Estadual por uma Educação do Campo, realizado na própria Escola Hermínio Pagotto, em 2003.

Ainda em 2002, a Hermínio Pagotto e a Escola de Monte Alegre (PMA) foram municipalizadas e, com a Escola Bueno de Andrada, passaram a compor o Programa Escola do Campo. Segundo Adriana, “o Alexandre foi bastante articulador, batalhou junto conosco”. Hoje, Alexandre é Secretário de Educação do município vizinho, Matão (SP), tendo implementado um programa similar em outras três escolas do campo de Matão.

Ao se formar o Programa Escola do Campo, as diretoras das três escolas passaram a se encontrar para planejar a implementação do Programa. Na época, Rosimeire de Lourdes Botelho Costa (a Rose, coordenadora pedagógica da Hermínio Pagotto em 2008) era coordenadora pedagógica em Monte Alegre. Segundo ela, houve uma grande resistência dos educadores em receber essa nova proposta, uma vez que eles achavam que o objetivo era “formar revolucionários”. Para superar essas resistências, a construção da proposta nas três escolas vem sendo gradual e com diferentes nuances em cada uma. Tendo vivenciado a

¹¹ Em julho de 1998, foi realizada a I Conferência Nacional Educação no Campo, promovida pelo MST, UNICEF, pela UNESCO, CNBB e UnB, que “teve papel significativo no retorno da questão da educação da população do campo para a agenda da sociedade e dos governos, e inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular: Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural” (II Conferência Nacional por uma Educação do Campo).

implementação do programa em outra escola, Rose salientou a necessidade de adaptar o programa dentro da realidade de cada uma: “porque o Programa não é só construir uma horta, um jardim, ouvir uma música de raiz, mas tem que ir a fundo, entender para intervir”. Essa fala revela uma das preocupações importantes do Programa desde sua implementação: que os educadores e educandos compreendam a realidade em que vivem e, a partir disso, trabalhem e valorizem sua cultura e sua história.

Nas três escolas visitadas, notamos uma intrínseca relação entre o território no qual elas se inserem e suas características pedagógicas e de gestão. Toda unidade escolar é reflexo do contexto em que se encontra: em cada escola integrante do Programa Escola do Campo, existem especificidades distintas. Assim, ao mudar o entorno de cada escola, são outros também os históricos de formação e de lutas, os tipos de conflitos e tensões que se travam e a compreensão da realidade dos educandos, de modo que a implementação de um mesmo programa não será igualmente realizada em diferentes locais, por isso optamos por concentrar este artigo em uma só escola.

EMEF Hermínio Pagotto

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Hermínio Pagotto localiza-se na zona rural do município, no centro da agrovila do assentamento Bela Vista do Chibarro, distando 23 quilômetros da sede de Araraquara, no Estado de São Paulo.

Por estar no centro da agrovila e estar delimitada por uma cerca que não obstrui a visão, todos que estão fora podem ver o que se passa ali dentro, e todos que estão dentro vêem o que se passa do lado de fora. De acordo com Adriana, vedar a escola com muro de concreto seria contrário ao propósito de torná-la um centro de referência para os moradores; além disso, bloquearia a bela vista que os alunos e professores têm do assentamento.

O pátio é repleto de plantas, flores e árvores frutíferas. Ao entardecer, os jovens aproveitam o ambiente agradável e aconchegante para conversar, namorar e recrear. O clima é de acolhimento e a Escola abre suas portas para qualquer projeto ou grupo de pessoas, de dentro ou fora da comunidade, que tenham o interesse em pesquisar ou contribuir com o programa. Essa abertura também pode ser para o uso do espaço para reuniões ou simplesmente para caminhadas, como fazem grupos de idosos do assentamento. Ao abrir suas portas e disponibilizar seus espaços para reuniões, eventos, festas e o cotidiano da comunidade, a Escola se reafirma como um núcleo de referência.

A Escola ocupa um quarteirão inteiro, o maior da agrovila, e é foco de um processo constante de produção, manutenção e recriação de seu próprio espaço. As paredes estão bem pintadas, com cartazes informativos e trabalhos dos estudantes colados por todos os lados. Os banheiros são limpos e com os materiais necessários disponíveis, os servidores e estudantes zelam pelo espaço. As carteiras também estão bem conservadas. Além do prédio principal, a Escola possui um anexo com laboratório, cozinha e biblioteca. Este anexo foi construído com recursos municipais, disputados no Orçamento Participativo, cujas reuniões regionais foram realizadas na própria Escola. A cozinha experimental e o laboratório de ciências são azulejados e bem equipados. Por falta de espaço, uma sala é dividida para biblioteca e informática. A biblioteca é aberta para toda a comunidade do assentamento; com a chegada da internet, os computadores também serão disponibilizados aos moradores. A Escola possui, ao todo, 11 salas.

A quadra de esportes é grande, coberta e bem cuidada. A horta é farta e, além de hortaliças, são cultivadas plantas fitoterápicas. No pomar há árvores frutíferas de várias espécies, todas com plaquetas de identificação e um viveiro de mudas utilizadas para o reflorestamento da mina d'água do assentamento. A cada evento importante para a comunidade, planta-se uma árvore, e cada plantio de árvore torna-se, conseqüentemente, um evento. O parque de diversões foi inaugurado em 2009, com recursos oriundos de uma premiação (Prêmio do Instituto Embraer). Adriana lembra que cada espaço construído tem um significado especial para a comunidade. A quadra, por exemplo, foi coberta sete anos após sua construção, em 2000. Tudo vai sendo construído e produzido aos poucos; assim, todos podem perceber as transformações e têm o prazer de se sentirem produtores do próprio espaço.

A equipe demonstra uma integração essencial para o bom funcionamento da Escola, sendo que os professores e demais funcionários participam ativamente de sua organização. Em sua maioria, os professores são efetivados e escolheram essa Escola por convicção; eles acreditam em uma educação diferenciada e se identificam com a Escola do Campo. Esta gestão coletiva, na qual a participação de todos é imprescindível, parece ser um dos aspectos relevantes que levam a EMEF Hermínio Pagotto a ser bem sucedida no Programa Escola do Campo. Segundo Adriana, “todos administram a escola; se uma parte não funciona, o todo se desintegra”.

A equipe é composta por 29 profissionais que realizam um trabalho conjunto e integrado. Ao todo, são 16 professores e 13 técnicos administrativos. Os professores da tarde (Ensino Fundamental I) são todos efetivos. Segundo Camila Mazzeo, atual coordenadora pedagógica, o Fundamental I “tem uma equipe afinada, estão fixos, se identificaram. Estamos lutando para

que a equipe do Fundamental II também seja fixa e, também, que não precisem dar aula em outras escolas”¹².

O tempo de trabalho dos professores na Escola é bastante variado. Alguns entraram há menos de um ano, mas a maioria já está lá há três, sete e oito anos, demonstrando identificação com o projeto e harmonia de trabalho. Durante o lanche na sala dos professores, por exemplo, uma das professoras do Fundamental II relatou estar ansiosa para o ano que vem: ela é professora volante e está torcendo para que seja aberta uma vaga na Hermínio Pagotto em 2010.

O jardineiro Laudenir Silva de Almeida (o Chico) e a cozinheira Valdirene Aparecida Porteiro (a Val) são parentes de pioneiros no assentamento, ex-alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) da própria Escola e moram em frente ao local. O motorista da Kombi que transporta os professores também mora no assentamento. Os três passaram no concurso para seus cargos e integram a equipe de gestão escolar. Reginaldo, que é professor de geografia e participou da proposição inicial do projeto pedagógico com Adriana, é filho de assentados e retornou ao Bela Vista para desenvolver seu trabalho. Já trabalhou em escolas no meio urbano, mas optou por voltar para trabalhar em sua comunidade. Esse também é considerado um aspecto que contribui para o desempenho dessa Escola: além de oferecer oportunidade de trabalho para os moradores, a presença de membros inseridos na comunidade fortalece o vínculo e enriquece a compreensão da realidade, renova a perspectiva de vida e permite enraizamento com orgulho.

De acordo com Adriana, os professores quase não faltam e, quando isso ocorre, avisam antecipadamente a direção. Até mesmo os inspetores assumem uma sala de aula para substituir um colega que teve de se ausentar. Conforme observamos, a ausência de um professor não gera maiores transtornos, uma vez que alguém assume a turma. As famílias mostram que sentem esse cuidado e confiam na escola.

O cotidiano da escola

O horário de funcionamento da Escola é das 6h às 21h. No período da manhã funciona o Ensino Fundamental II e na parte da tarde a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I. A Escola encerra o expediente após as aulas da EJA.

¹² No ensino Fundamental II, uma vez que as matérias demandam professores especialistas, é menos comum encontrar professores que completem a sua carga de trabalho em uma única escola. Grandes escolas (em termos de estudantes matriculados) abrem várias salas e podem até ocupar toda a jornada de um professor, enquanto a maior parte dos professores acaba compondo a sua jornada em mais de uma escola. No caso dos professores que também trabalham nas Escolas do Campo, essa é uma dificuldade, uma vez que o tempo de deslocamento entre uma escola e outra é consideravelmente maior do que o deslocamento dentro das áreas urbanas.

Em qualquer um dos períodos de aula, ao chegar à Escola, todos encontram uma mesa com comida: logo cedo, um café da manhã; antes das aulas da tarde, um almoço; antes das aulas da EJA, uma sopa. Alguns comem, outros conversam, muitos brincam. Ainda no meio da manhã é servido o almoço para os alunos do Fundamental II; da mesma forma, no meio da tarde é servido um lanche reforçado para os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

Antes de ir para a sala de aula, todos os estudantes e seus professores participam de uma acolhida, realizada no pátio da Escola (entre a mesa com comida e o corredor com as salas de aula). A condução da acolhida (*quem vai falar o quê, como etc.*) segue uma escala previamente organizada de maneira que, para cada dia, há estudantes e professores responsáveis por preparar uma apresentação para o restante da Escola sobre algum tema. No decorrer de nossas visitas, pudemos acompanhar uma apresentação sobre o *Dia do Meio Ambiente*: houve leitura de textos e histórias e o plantio de um ipê amarelo; houve também um momento em que foram entoadas cantigas de roda e brincadeiras com os alunos da Educação Infantil; também foi aplaudido o time de futsal feminino da Escola, que ganhou uma medalha de bronze numa competição municipal. Nesses momentos de acolhida, fomos apresentados a toda a comunidade escolar (uma vez em cada turno).

Dar as boas-vindas, diariamente, e reunir todos em volta de um tema comum, seja ele uma data mundial, um evento regional da comunidade ou ainda um tema específico da Escola, propicia um espaço de compartilhamento que contribui para a construção de um senso coletivo, o da Escola. Após a acolhida, é como se fizesse mais sentido que cada grupo se disperse nas atividades de cada série, ou nos seus próprios desafios: pertencendo a uma comunidade que lhes diz respeito, é possível se concentrar num microcosmo específico e temático, sem se desconectar da sua comunidade que é constantemente reafirmada.

Depois da acolhida, os alunos vão para seus locais de aula, nos quais serão apresentadas e discutidas as disciplinas curriculares. Segundo a proposta de transdisciplinaridade, por locais de aula entendem-se: gramados, cozinha experimental, salas de aula, laboratório de ciências, horta, quadra e biblioteca. É comum ver alunos e professores ocupando esses espaços. Existem também projetos de música, de dança e de esportes sendo desenvolvidos com os alunos. Os professores têm, inclusive, uma oficina de canto coral e se apresentam em festivais na cidade, ocasiões em que os alunos comparecem, para prestigiar. Atividades como essas tanto fortalecem a identidade interna do grupo quanto fortalecem a imagem do grupo para quem é de fora. Tal qual a recepção que promovem durante as atividades escolares para quem visita a Escola.

Participação e o espaço fluido da escola

A comunidade do assentamento Bela Vista está presente no cotidiano da Escola, seja por meio das caminhadas do grupo de idosos, seja porque é ali que se encontram as caixas de correspondência, ou ainda porque é nas dependências da Escola que são realizadas as reuniões das organizações das quais os assentados fazem parte (INCRA, FERAESP), ou outras que sejam do interesse da coletividade, como a reunião do Orçamento Participativo. Há, também, os espaços institucionalizados de participação da comunidade na gestão da EMEF Hermínio Pagotto, como o Grêmio Estudantil, a APM e o Conselho de Gestão Escolar. Além disso, há um envolvimento cotidiano das famílias com a Escola, sendo que esta se apresenta fluida, com passagens, entrada e saída muito mais livres para a comunidade, sem que com isso a dinâmica da Escola e das aulas seja prejudicada.

Para exemplificar esse espaço fluido e dinâmico é possível citar a sala dos professores: montada no saguão da entrada frontal da escola, favorece o encontro, quase constante, dos familiares e alunos com o corpo docente. Também as caixas de correio dos moradores do assentamento ficam no pátio da escola. Embora haja alguns horários definidos para que os moradores busquem suas correspondências, o acesso à Escola é livre e um dos portões fica sempre aberto caso um pai, uma mãe ou qualquer outro morador queiram entrar.

Além da importância de as mães e os pais participarem das reuniões da APM e do Conselho – de opinarem sobre o uso dos recursos, sobre a estrutura e de conversarem sobre os meios e fins de uma escola –, parece importante a comunidade em geral se apropriar da Escola. Em muitas escolas, alguns pais e mães alegam que não têm formação escolar suficiente para conversar sobre os assuntos da Escola. Por isso, ultrapassar esse preconceito e conseguir participar desses fóruns, estar presente e participar da construção cotidiana do espaço no qual os filhos estudam pode gerar um novo sentido a uma participação no Conselho: ao mesmo tempo, a Escola fomenta transformações na comunidade e se abre para ser construída por ela.

O projeto político-pedagógico

Intimamente relacionada à lógica da produção coletiva da terra e ao resgate da cultura local, a Escola é guiada pela gestão democrática e pela participação coletiva dos estudantes e da comunidade, reafirmando assim o espaço do campo e a organização socioespacial da comunidade, o assentamento. O objetivo da Escola do Campo é desenvolver uma educação de

qualidade social, voltada para o desenvolvimento da cidadania, da solidariedade, do respeito às diferenças e ao meio ambiente. O Programa pretende formar por meio da coletividade, do diálogo, da relação com a família, com a comunidade, com a escola e com os movimentos sociais.

Os princípios que regem a Escola do Campo são:

- Qualidade social da educação;
- Inserção em um contexto global;
- Educação voltada para a valorização da cultura de trabalho no campo, na teoria e na prática;
- Democratização do acesso ao conhecimento;
- Gestão democrática e participação da comunidade na tomada de decisões;
- Espaços e tempos alternativos de educação;
- Construção de um novo homem e de uma nova mulher através do resgate da sua identidade;
- Resistência e luta do homem e da mulher no campo;
- Integração e interação com o meio ambiente e conscientização ecológica e
- Concepção de que a história é construída pelas lutas sociais (SME, 2007).

O currículo foi desenvolvido de acordo com temas geradores obtidos junto à comunidade. O ensino consiste na combinação entre a reflexão teórica e a atuação prática no campo, uma oportunidade de relacionar a vida real com a matéria curricular, tornando a aprendizagem mais significativa para os alunos. As atividades são desenvolvidas em classe e em outros espaços – como a horta, a cozinha experimental, o viveiro de mudas, o viveiro de animais e nos próprios lotes dos assentados. Na cozinha experimental, por exemplo, são trabalhados conceitos de matemática (fração e operações aritméticas), biologia (leguminosas, raízes e tubérculos), história (origem do prato e cultura) e geografia (origem do prato e cultura); a língua portuguesa é trabalhada em seguida com o relato dos alunos acerca do processo de preparação do prato.

As atividades transitam entre as disciplinas, como pudemos presenciar no momento em que o professor de geografia pintava junto com seus alunos para trabalhar o conteúdo sobre meio ambiente. Meios são trabalhados enquanto meios e servem aos fins pedagógicos. As atividades de informática estão contempladas na transdisciplinaridade: a Escola não oferece aulas exclusivas de informática, todos os professores levam os alunos para trabalharem suas disciplinas nos computadores. Forma e conteúdo são utilizados conforme a estratégia pedagógica e os recursos e oportunidades disponíveis a cada momento. Durante a nossa visita, por exemplo, fomos convidados a falar sobre o ex-presidente Getúlio Vargas. O convite surgiu não porque estivesse programada uma aula sobre ele – o tema geral das aulas de história daquela classe estava sendo a história do século passado e nós, pesquisadores de uma fundação cujo patrono é figura histórica importante, estávamos lá.

Coerente com a proposta pedagógica, tudo ocorre de forma muito transparente. As decisões da Escola são tomadas pelo Conselho de Gestão Escolar. Esse Conselho é eleito democraticamente por todos – professores, pais e alunos –, com direito a urna e apuração coletiva dos votos. Os estudantes de Educação Infantil, além de eleger seus representantes de sala, também participam das eleições do Conselho por meio de cédulas diferenciadas que foram criadas especialmente para o domínio da linguagem que essa faixa etária possui.

A EMEF Hermínio Pagotto enfoca os valores humanos como conteúdo básico do seu currículo, mas não só. No dia a dia, professores e funcionários atuam como apoio para quaisquer problemas que as famílias venham a ter. Elas frequentemente buscam na Escola uma orientação para eventuais dificuldades por que estejam passando. Embora isso não faça parte do escopo educacional, reafirma a centralidade da Escola no assentamento Bela Vista, que não conta com outros equipamentos públicos que possam mediar eventuais conflitos ou resolver problemas que a comunidade venha a enfrentar. Problemas familiares ou de vizinhança que influenciam a aprendizagem e o relacionamento dos alunos recaem sobre a Escola, que se configura, de fato, como a autoridade pública para mediar essas questões.

A equipe administrativa e pedagógica procura oferecer a orientação adequada a cada caso e estabelece o contato com outros serviços públicos quando necessário. Adriana relatou o caso de uma mãe que, em decorrência de problemas com alcoolismo, perdeu a guarda do filho e recorreu à Escola. Com o apoio da equipe escolar, a mãe foi buscar ajuda profissional para tratar o alcoolismo e reconquistou a guarda do filho. Adriana também visita as casas dos alunos quando necessário e busca ajuda psicológica para os estudantes que necessitam de apoio. Como este tipo de assistência não está disponível no assentamento, a Escola recorre ao trabalho voluntário de alguns psicólogos de sua rede de contatos.

A Escola procura as pessoas da comunidade quando precisa de alguma coisa: seja um mutirão para alguma melhoria, seja para preparar uma festividade ou para que uma família possa auxiliar outra família que necessite de um apoio naquele momento. Ao mesmo tempo as pessoas recorrem à Escola para quase tudo, e é isso que constitui a centralidade da comunidade. Tudo isso se dá num movimento intenso, e multidirecional, no qual as perguntas que emergem remetem a *quem faz o quê*: a comunidade coloca a Escola na sua centralidade? Dada a centralidade, a Escola revigora a comunidade? A resposta parece ser afirmativa para as duas perguntas, no sentido de um movimento dinâmico de reforço mútuo.

Parceiros e projetos desenvolvidos

Os vínculos com diversos órgãos e instituições são importantes e necessários para alavancar os resultados de qualquer iniciativa governamental, ampliando o conceito de público e a esfera de ação do Estado (SPINK, 2001). Uma escola está vinculada a uma série de interesses e expectativas que podem ser representados por grupos (famílias, professores etc.), ou organizações (Estado, APMs, sindicatos etc.). O modo como esses interesses e expectativas se convertem em vínculos e, como estes são gerenciados, interferem nos resultados que uma escola alcança.

No caso da EMEF Hermínio Pagotto, o vínculo com a comunidade do assentamento Bela Vista é tão intenso que, por vezes, uma escola pública (estadual) se confunde com uma escola (de iniciativa) comunitária. Dada a intensidade dessa relação – Escola e comunidade – pode-se questionar se a comunidade é a principal parceira da Escola, ou se é mais do que isso, uma vez que, além de a Escola ser um agente transformador dessa realidade, ela tem em sua implementação e gestão o reflexo das exigências, anseios e o envolvimento da comunidade. Segundo relatos dos professores e dos moradores do Bela Vista, desde a formulação, a comunidade apoia o Programa e se envolve com as suas práticas. A participação nos mutirões de reforma, na formulação do currículo escolar e o próprio cotidiano da Escola revelam isso.

Para além da comunidade do assentamento, parte da equipe de gestão tem em sua trajetória o vínculo com a Ordem Terceira dos Franciscanos, o que contribui para compreender o calor das inúmeras acolhidas e o sentido dos constantes dizeres de “paz e bem”. É possível que, dessa origem, uma parte das raízes da Escola tenha encontrado respaldo e solo fértil para germinar tantos girassóis que simbolizam e embelezam a Escola.

Parte da equipe de gestão da Escola tem vínculos e participa de redes ligadas à Pedagogia da Terra e aos movimentos sociais que representam trabalhadores sem terra e assentamentos. A participação nessas redes alimenta o Projeto em termos de ideais pedagógicos, pois permite o

encontro com interlocutores nas constantes trocas de experiências e desenvolvimento de recursos didáticos, instiga uma busca perene por novos horizontes e parcerias e, ao fazer tudo isso, amplia os horizontes da Escola na busca por uma boa educação, para além da coletividade do assentamento.

Além da comunidade, e dessas redes, outras parcerias são estabelecidas procurando a continuidade e o aperfeiçoamento do Programa:

a) Projeto Pé Vermelho

O vermelho forte da terra marca os pés dos assentados. Quando apontados pelos garotos da cidade como “os pés vermelhos”, muitas vezes, crianças e adolescentes sentem-se envergonhados. A fim de mudar esse estereótipo negativo e transformá-lo em identidade, as coordenadoras do projeto, Silvani Silva e Fabiana Francisca da Silva, engajaram-se na busca do embelezamento da comunidade e no resgate da cultura local para que seus moradores tenham orgulho do lugar onde vivem.

Originado no assentamento, a partir de uma constatação que emergia da Escola, o Projeto Pé Vermelho pretende oferecer condições para contribuir com o fortalecimento da identidade cultural dos jovens assentados, visando prepará-los para a chegada ao ensino médio no meio urbano, com orgulho de ser um pé vermelho.

Com apoio da Secretaria Municipal de Cultura, o Projeto Pé Vermelho oferece, dentre outras coisas, oficinas de música para crianças e adolescentes. As crianças participam de oficinas de música e percussão; neste ano, começaram a trabalhar oficinas de *hip-hop*. De acordo com as coordenadoras do projeto, apesar de uma surpresa inicial por parte de alguns moradores do assentamento (que preferiam que as oficinas ficassem “só na viola”), o *hip-hop* foi escolhido porque essa é a linguagem que os estudantes encontrarão ao chegar ao ensino médio, na Escola Estadual Prof. Victor Lacorte (na periferia de Araraquara). Por meio das oficinas, o objetivo é que os estudantes cheguem conhecendo a linguagem dos jovens urbanos, com a vantagem de conhecerem um *hip-hop* de qualidade (e não somente o comercial, ao qual os jovens estariam expostos na periferia urbana). Hoje o *hip-hop* é um movimento aceito por eles e representa a luta de povos excluídos, como são também os assentados.

O Projeto Pé Vermelho nasceu com a ida de um grupo de cinco jovens da comunidade para a universidade, como veremos a seguir.

b) Universidades

As jovens que criaram o Projeto Pé Vermelho fazem parte da primeira turma do curso de Pedagogia da Terra, iniciado em 2008 pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Essa graduação segue a pedagogia de alternância: nesse caso os estudantes passam 50 dias na universidade e três meses desenvolvendo projetos na comunidade. Segundo Silvani – uma das coordenadoras do projeto –, na universidade elas aprenderam que os problemas apresentados pela comunidade eram fruto de um contexto histórico que deveria ser desvendado e estudado. Elas iniciaram o Projeto Pé Vermelho visando também resgatar a história da comunidade, para que esta se tornasse conhecida e reconhecida por todos.

Além do vínculo concreto com a UFSCar, podemos indicar aqui o potencial de vinculação com o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação; este programa recebeu até junho inscrições de Universidades Federais que quisessem elaborar uma proposta de licenciatura voltada para a Educação no Campo, com recursos do Ministério da Educação.

c) Outros órgãos do governo

Além desses projetos desenvolvidos, há parcerias e apoios com outras secretarias municipais e instituições públicas.

A penitenciária de Araraquara contribui com a construção de móveis para a Escola. A Polícia Militar também disponibiliza pessoas para palestrar sobre a prevenção do uso indevido de drogas. Durante a nossa visita, o soldado Miguel esteve lá para uma dessas palestras e nos contou que, após alguns anos desenvolvendo essas atividades em inúmeras escolas, acreditava que os jovens da Hermínio Pagotto se diferenciavam dos outros jovens pela sua capacidade de diálogo.

O Programa Saúde da Família (PSF) da comunidade trabalha em parceria com a Escola. Além do atendimento no Posto de Saúde, os agentes de saúde fazem um trabalho de prevenção bucal com os alunos e utilizam o espaço escolar para palestrar sobre diversas temáticas ligadas à saúde.

Em parceria com a Secretaria de Esportes, a escola oferece o Projeto Escolinha de Esportes, no qual as crianças praticam vôlei e futebol. Aos sábados e domingos, a quadra é utilizada

para a realização de campeonatos, constituindo uma opção de lazer oferecida à comunidade nos finais de semana. Aqui se encaixa a turma de idosos que, acompanhada por uma professora de educação física da própria comunidade, caminha na pista interna da Escola.

d) Projeto Jovem Aprendiz

Iniciado em 2008, o Projeto Jovem Aprendiz é fruto de uma parceria entre a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAER). O principal objetivo é capacitar para a agricultura de subsistência, desenvolvendo a capacitação adequada, para que os jovens assentados possam tirar o sustento dos próprios lotes. Em 2009, o projeto atendia 33 jovens. Os jovens frequentam o ensino médio na cidade na parte da manhã e passam as tardes na Hermínio Pagotto, participando do projeto. Realizam diversas atividades, como no viveiro de mudas, na horta, na criação de animais, no cultivo de ervas medicinais e aprendem a fazer compostagem. Os jovens utilizam a sala de informática e frequentam aulas de comércio, vendas e marketing, para aprender a vender o excedente da produção familiar ou comunitária. O trabalho em equipe é uma das prioridades do projeto e os professores incentivam os alunos a desenvolverem trabalhos conjuntos e comunitários. No final do curso, os alunos recebem um certificado de formação técnica.

e) Projeto Campo Limpo

Em parceria com a EMEF Hermínio Pagotto, o centro de Referência em Saúde do Trabalhador oferece aos moradores do assentamento Bela Vista do Chibarro o Projeto Campo Limpo. O uso de agrotóxicos pode ser analisado de vários aspectos: como os problemas de saúde que podem ser originados pelo seu consumo ou pela assimetria de poder nas relações comerciais entre as empresas e os pequenos agricultores. Nesse caso específico, o Projeto Campo Limpo busca lidar com um problema mais imediato para os pequenos agricultores que fazem uso dos agrotóxicos e que se expõem à contaminação pela desinformação. O projeto busca prevenir a intoxicação pelo uso indevido de embalagens de produtos agrotóxicos (reutilizadas para outros fins), promovendo medidas educativas e preventivas, além de coletar e encaminhar essas embalagens para locais apropriados.

Como tudo começou: comunidade e território do assentamento Bela Vista do Chibarro

A EMEF Hermínio Pagotto e a comunidade do assentamento Bela Vista estão interligados e só são compreensíveis a partir da interdependência (mais do que parceria como sugerimos) que estabelecem entre si: ambos são motores das transformações que se provocam e ambos colhem os frutos dessa dinâmica.

Vale a pena agora procurarmos as raízes mais profundas disso; propomos uma aproximação à formação, ao histórico de lutas e tensões que se travam, das alianças e dos conflitos que produzem o lugar no qual a comunidade e a Escola se situam, do qual são reflexo e agente do contexto. Olhar o território do entorno permite melhor compreender como se relacionam as características pedagógicas e de gestão da Escola.

A luta pela reforma agrária na região próxima à Araraquara, que levou à ocupação do assentamento Bela Vista do Chibarro, foi marcada pela greve de Guariba (cidade distante 100 quilômetros de Araraquara) ocorrida em 1984. Os trabalhadores assalariados das usinas de cana-de-açúcar, submetidos a terríveis situações de exploração, lutavam por melhores condições de trabalho. O processo histórico dessa luta levou à perseguição dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, à formação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Esse movimento afiliou-se à Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP (VALE; FERAESP), que passou a representar institucionalmente os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo.

A primeira ocupação da região, realizada em 1985, foi resultado da desapropriação da antiga Fazenda Monte Alegre (propriedade que pertencia à FEPASA), conhecida hoje como Assentamento Monte Alegre. Em 1989, a Fazenda Bela Vista do Chibarro foi ocupada após o processo que culminou no processo de desapropriação das terras da Usina Tamoio pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Antes disso, após a falência da Usina Tamoio, alguns empregados que ainda tinham a receber da Usina ocuparam a Fazenda como forma de acelerar o acerto das dívidas. Não conseguiram, no entanto, a adesão necessária, e a Fazenda foi dividida em 176 lotes, distribuídos para 176 famílias.

Com a desapropriação dessa Usina e de outras da região, a FERAESP abriu inscrições para que os trabalhadores rurais participassem da distribuição das terras desapropriadas pelo INCRA. Os cadastros foram preenchidos por trabalhadores vinculados a diferentes grupos:

pelos pioneiros da greve de Guariba, por trabalhadores rurais de outras cidades do interior de São Paulo e de outros estados.

Os lotes dos assentamentos da região, incluindo o assentamento Bela Vista do Chibarro, foram inicialmente destinados a grupos de trabalhadores sindicalizados provenientes de diferentes lugares, além de seis famílias de ex-trabalhadores da Usina que permaneceram após a primeira ocupação. Em 1988, começaram a chegar grupos acampados que buscavam terra para trabalhar, conhecidos como os grupos de Sete Barras (de Sertãozinho), o grupo dos 36, dentre outros. Em 1992, chegou o último grupo que formou o assentamento Bela Vista, vindo de Promissão – ligado ao MST e à Pastoral da Terra –; foi nesse grupo que veio, por exemplo, a família de Silvani e de Fabiana (coordenadoras do Projeto Pé Vermelho). Nessa época Silvani tinha 15 anos, e Fabiana, nove. Boa parte dessa história foi contada por João Francisco Silva, o Tio João, pai das duas. João era um dos líderes do grupo, e fazia parte das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Antes de irem para o Bela Vista, tinham participado de outra ocupação. Em seu depoimento, nota-se claramente a dificuldade do início do assentamento, principalmente em relação ao planejamento dessa ocupação, uma vez que não dispunham sequer de espaço para se reunirem, não fosse o apoio de alguns padres que os deixavam usar o espaço da igreja.

A responsabilidade pela organização do assentamento Bela Vista era exclusividade da FERAESP, até a chegada do grupo proveniente de Promissão (em 1992), que veio por meio do INCRA. Nesse momento, surgiram algumas tensões, outras famílias e companheiros desses grupos pretendiam participar da ocupação, mas os lotes já haviam sido distribuídos. Nesse conflito, os pioneiros (ligados ao sindicato dos trabalhadores rurais) fecharam o assentamento e resistiram para que não fossem incorporados outros grupos (assim, o grupo de Promissão foi o último a se instalar).

No assentamento, há uma agrovila no centro, tendo em volta os lotes (as terras cultiváveis). A agrovila do assentamento é composta por 210 casas de alvenaria, uma casa sede (casarão), um posto de saúde, um salão (clube recreativo), quatro igrejas (uma Católica Apostólica Romana, uma da Congregação Cristã do Brasil, uma da Assembleia de Deus e uma Adventista do Sétimo Dia), um terreiro para festejos e manifestações culturais e, no centro de tudo (da agrovila e do assentamento), o terreno da Escola (o maior terreno da agrovila).

A economia do assentamento é voltada à agricultura e pecuária de subsistência; alguns assentados trabalham em regime de empreitada, prestando serviços temporariamente, em fazendas ou na cidade.

Atualmente, o assentamento é administrado pelo INCRA, em parceria com o ITESP. Ciente da dificuldade financeira que os trabalhadores enfrentam para investir em seus lotes, o INCRA permite que os assentados arrendem até 30% de terras de cada lote para as usinas de cana da região – mesmo que quase sempre o acordo com as usinas envolva riscos de desvirtuamento da lógica que origina os assentamentos (FERRANTE, BARONE e DUVALL, 2008).

Alguns assentados foram, ao longo do tempo, excedendo esse limite, o que gerou novas tensões, dividindo o assentamento entre aqueles que concordavam com a regra do INCRA e os que achavam que aquilo era para ser ignorado. Durante alguns anos, o INCRA tentou negociar a volta ao ideal da agricultura familiar, na qual era permitido arrendar até 30% das terras, ameaçando retomar os lotes dos que não se adequassem. Alguns entenderam e seguiram as normas do INCRA. Outros, não, e a situação foi ficando tensa até que, na passagem do ano de 2007 para 2008, o INCRA procedeu a uma nova desapropriação dos lotes irregulares (que arrendavam acima do limite).

Tensões do lugar e a escola como espaço de diálogo e mediação

Na memória e no relato das pessoas, a violência dessa desapropriação ainda está presente: o INCRA recorreu à Polícia Militar para retirar aqueles assentados. Os que foram retirados, alguns à força, eram parentes ou companheiros dos que ficaram; alguns eram parentes de pessoas que tinham se inscrito e receberam autorização de uso dos lotes desapropriados (“primos ficaram com lotes de primos que foram retirados”). Em alguns casos, os que perderam o direito de uso da terra agrediram aqueles a quem eles creditavam o seu desatino – no lugar de confrontar a estrutura que segrega e exclui, confrontaram parentes e ex-companheiros da luta que originou o assentamento. Mesmo os que foram contemplados com os lotes oriundos dessa desapropriação repudiaram a forma violenta como foram retirados os que não seguiam as regras do INCRA: “foram tratados como bandidos, mas era tudo gente trabalhadora, como nós – eles estavam errados, mas não eram criminosos”.

O fato foi marcante e a Escola continuou na centralidade da comunidade do assentamento. Segundo Adriana, alguns moradores estão “com o pé atrás” em relação ao INCRA e algumas famílias têm demonstrado resistência em relação à Escola abrir as portas para as reuniões do INCRA. O mesmo ocorria em relação a outro grupo que faz parte da história da Escola – o MST. Hermínio Pagotto não é uma escola do MST; o assentamento não é fruto de uma conquista do Movimento. Independentemente disso, o MST faz parte da história do assentamento e da Escola, a equipe de gestão participa da rede de educadores do campo e

alimenta as perspectivas da Escola em encontros da pedagogia da terra. Mesmo com tudo isso, e com a defesa dos “direitos da terra” e outros símbolos decorando a Escola, muitas famílias tem grande aversão ao MST. O fantasma que os meios de comunicação frequentemente produzem a respeito dos movimentos sociais está muito presente, como se as pessoas não vissem o que existe de concreto, na importância histórica dos movimentos, nem nos símbolos expostos na Escola, conforme explica Camila Mazzeo (atual coordenadora pedagógica da Hermínio Pagotto).

Para alguns, esse debate não existiria, uma vez que cada um trabalha por si. Para outros, a cooperação no trabalho é possível. Esses relatam como os assentados estão ficando mais unidos. Concretamente, pudemos observar alguns empreendimentos coletivos. Além da construção coletiva da Escola, em si, o que mais chamou nossa atenção foi a dimensão da fábrica de farinha que está em fase de finalização e foi construída em forma de cooperativa (com apoio da FERAESP), na qual 15 mulheres trabalharão e que terá capacidade de processar cinco toneladas de farinha seca por dia (com previsão de duplicar essa capacidade na mesma edificação). Além disso, existem duas grandes hortas comunitárias no assentamento, numa delas trabalham somente jovens na faixa dos 20 anos de idade. Na outra, Jesus, um dos pioneiros do assentamento, que chegou antes da desapropriação formal da Usina (1988), descreveu um pouco os percalços da produção coletiva: “para trabalhar em grupo tem que confiar, tem que ter afinidade”.

A violência da desapropriação, de 2007 a 2008, parece ter trazido à tona também algumas conversas em torno dos objetivos da reforma agrária, *do que é propriedade individual, o que é propriedade coletiva e de quem tem direito a quê*. A lógica de um assentamento reside na propriedade coletiva, mas vivemos numa sociedade que cultua, por meio de quase todos os meios de comunicação, o triunfo do indivíduo, da propriedade privada e do aumento do patrimônio familiar. O debate é bem-vindo, tem sido bem encaminhado e não tem data para encerrar, tanto com pessoas que defendem que os lotes se tornem propriedade das famílias (“afinal meu pai trabalhou tanto tempo nessa terra”), como os que defendem a propriedade coletiva (“eu não sou agricultor, trabalho com educação, o que vou fazer com o lote quando meus pais não puderem trabalhar mais lá?”).

Encontrar um consenso em temas dessa natureza parece impossível, no assentamento ou fora dele. Se levarmos em conta que o assentamento foi fundado pela ocupação de grupos de diferentes origens, isso se torna menos provável ainda, uma vez que remetem a contradições da própria sociedade. O que talvez valha ressaltar, como salutar, é o exercício do diálogo: mesmo repudiando a violência de determinados episódios, as pessoas continuam a debater os diferentes pontos de vista e buscas, as diferentes expectativas e interesses que estão presentes

na comunidade, empoderando a Escola como espaço de mediação dos diferentes grupos que compõem o assentamento.

Reconhecendo a influência do assentamento no cotidiano escolar, é possível encontrar, no espaço da Escola, questões de divergência entre os assentados, uma vez que essas mesmas questões fazem parte do cotidiano da sociedade em que estão inseridas essas crianças. Cada criança traz de casa um determinado ponto de vista e encontra na Escola um lugar onde pode dialogar com diferentes opiniões.

Nesse sentido, a construção de um espaço em que afloram as questões conflitantes, a Escola, marca algumas tensões que têm origem no seu entorno: da agrovila e da comunidade e do assentamento, até os contextos municipais, estaduais, nacionais e mundiais. Independentemente da origem das tensões, a Escola não se furta a elas. Pelo contrário, a Escola trabalha a partir das contradições do seu meio, quaisquer que sejam as dinâmicas: campo e cidade; Escola Rural e Escola do Campo; propriedade familiar e coletiva; rico e pobre; e os processos nos quais os pobres se voltam contra os pobres, que é exemplificado no preconceito dos jovens da periferia em relação aos jovens do campo.

Na Escola não se mascaram essas tensões que a circundam. A Escola é tida, justamente, como local no qual devem emergir diferentes interesses e interpretações e no qual são trabalhados esses conflitos, de maneira que as crianças, ao mesmo tempo em que vivenciam os conflitos, vivenciam também o modo como são encaminhados na construção social para serem coletivamente construídos e desconstruídos para se abrir a novos diálogos.

Conquistas, desafios e algumas considerações

A proposta diferenciada para a educação do campo é um processo que depende de parcerias e da dedicação dos estudantes, professores, equipe administrativa, comunidade, governo, principalmente, mas não só, da Secretaria de Educação e de tantos outros que interagem com a Escola. Nesse caminho, como ocorre com qualquer programa que busca sua continuidade e aperfeiçoamento, a Escola encontra desafios e realiza importantes conquistas.

As conquistas têm origem na luta direta por melhores condições de estrutura para a educação. Algumas vezes essas conquistas são acompanhadas de prêmios que reconhecem o trabalho da Escola. Alguns desses prêmios revertem em investimentos, como a doação realizada pelo Instituto Embraer para o projeto de informática – que veio acompanhado da promessa da Prefeitura de que em breve a internet será conectada no assentamento. O

parquinho da Escola, inaugurado no começo de 2009, também foi resultado de uma premiação do Instituto Embraer.

Dentre os desafios apontados pela equipe de gestão, sempre dentro da lógica de ir construindo aos poucos, está a vontade de construir um espaço exclusivo para a educação infantil (almejando fomentar um espaço para as creches), e conseguir atrair uma unidade para o ensino médio, sob responsabilidade do Estado, para que os estudantes não tenham que necessariamente ir estudar na cidade.

Em relação à possibilidade de novas inclusões, em relação à sua estrutura física, a Escola demandou da prefeitura uma adaptação necessária para que um estudante, com mobilidade limitada, possa voltar a estudar na Hermínio Pagotto.

Buscando melhor atender os moradores do assentamento, e sem que a Escola perca a centralidade e deixe de ser um ponto de encontro e diálogo importante na comunidade, um desafio a ser enfrentado em parcerias com outras secretarias municipais e estaduais é a construção de uma rede de atendimento cidadão no assentamento – além do PSF, já existente, almeja-se contar com postos de outros apoios, tais quais o psicológico, a assistência social e a assistência jurídica.

Para Adriana, o segredo da EMEF Hermínio Pagotto é o casamento entre o poder público, a força da comunidade e a centralidade física da Escola, o que permite à Escola funcionar como referência para a comunidade. Ela conta que, a cada mudança de governo, a comunidade do assentamento fica com receio de que mudem a proposta de educação do campo – receio que não imobiliza, pelo contrário: sempre que preciso, a comunidade se organiza e defende seus interesses perante as autoridades governamentais. Observamos que muitas pessoas incorporaram a proposta político-pedagógica da Escola como algo do assentamento e não como algo que pertença a um governo ou outro, constituindo-se de fato uma política de educação municipal que é sustentada e legitimada pela população que dela se beneficia.

Vale destacar, também, o comprometimento da Escola com a comunidade; comprometimento que é ponto de partida, de processo e de chegada. É por meio da Escola que a comunidade se traduz, valoriza sua história, suas lutas, seus saberes e sonhos. A Escola parte dos saberes locais para trabalhar os saberes oficiais (do currículo oficial), com a finalidade de formar os jovens do assentamento, capacitando-os para o que eles resolverem fazer.

A Escola é também o meio pelo qual a comunidade pode obter o que ainda não tem. É no espaço dela que a comunidade se organiza, se informa e se prepara para reivindicar e assegurar seus direitos. Foi no investimento da comunidade na Escola que não só a educação passou a

estar presente no assentamento, mas também os serviços de saúde passaram a estar mais próximos, bem como os esportes, a tecnologia, a capacitação e a universidade – muitas vezes estando mais presentes no assentamento do que nas periferias urbanas.

A Escola é um equipamento público do qual a comunidade do assentamento se apropriou, além dela existe somente o PSF (em termos de equipamentos públicos), que trabalha em conjunto com a Escola. A comunidade investiu e investe na Escola. Por meio dela o poder público alcança a comunidade do assentamento. A Escola foi capaz de se manter, e se mantém até hoje, por conta da sua capacidade de formular seu projeto político-pedagógico. É por meio desse projeto que ela tem se demonstrado capaz também de alimentar a comunidade – por meio da Escola, a economia, a política, a cultura e a educação, por exemplo, não são mundos separados. Esse processo só é possível porque a Escola está na centralidade da comunidade, produzindo o território e o ambiente no qual ela existe.

Para tudo isso, ainda faltou destacar o papel fundamental de Adriana nesse processo, que conta com o respeito e carinho das pessoas ligadas ao Programa Escola do Campo. Sua capacidade de trabalho é tal que a Escola funciona e flui mesmo nos momentos em que ela não está fisicamente presente. Ao fugir de personalismos, e por acreditar em construções coletivas, seu trabalho permite-nos compreender como a gestão dessa equipe possibilita a construção da Escola, tal qual procuramos descrever aqui. Caminhos para essa compreensão podem ser indicados pela valorização desse espaço fluido, para fluxos de pessoas e informações e também pela maneira com que se permite que os conflitos venham à tona para serem dialogados. Além disso, ao não impedir que todos participem dessa construção coletiva, para zelar pela proposta pedagógica da qual todos são donos, também se possibilita o fortalecimento de uma equipe integrada e capacitada para construir uma educação do campo inclusiva, participativa e transformadora.

Referências

BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escolas do campo Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. *Coleção por uma Educação Básica do Campo*, n.º 3. Brasília, 2000.

BRASIL, MEC. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 30 nov. 2009.

CNE. Educação do Campo: cultivando um Brasil melhor. *Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo*. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002.

COSTA D. II *Conferência Nacional por uma Educação do Campo*: por uma política pública de educação do campo (Texto Base). Luziânia, GO: 2 a 6 de agosto de 2004.

FERAESP. Disponível em: <http://www.feraesp.org.br>. Acesso em: 12 fev. 2010.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. O preço amargo das parcerias dos assentamentos com as usinas. *Retratos de Assentamentos*, v. 11, p. 11-20, 2008.

PMA. Página da Prefeitura Municipal de Araraquara. Disponível em:

<http://www.araraquara.sp.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2010.

SME. Secretaria Municipal de Educação. *Projeto Político Pedagógico da EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto – 2008/2010*. Prefeitura do Município de Araraquara – Secretaria de Educação, Araraquara, 2007.

SPINK, P. Parcerias e Alianças com organizações não estatais. In: SPINK, P.; BAVA, S. C.; PAULICS, V. (Orgs.) *Novos contornos da gestão local – conceitos em construção*. São Paulo: Polis e Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2001.

VALE, S. B.; CASSIN, M. Representações sobre a relação trabalho rural e educação no Assentamento Bela Vista. In: *Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da UNAERP*, 9, 2008, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: UNAERP, 2008.

Artigo recebido em 15/09/2009. Aprovado em 21/12/2009.